

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Economia do Setor Público – SE 620
2º Semestre/2023

*Professor Victor Rodrigues de Oliveira**

I INTRODUÇÃO

A Economia do Setor Público é o estudo da política econômica, com ênfase particular na tributação. A disciplina, portanto, abrange temas tão diversos quanto as respostas às falhas de mercado devido à existência de externalidades e à determinação de políticas de seguridade social ótimas. Essa caracterização reflete uma extensão do escopo da economia pública, de sua ênfase inicial na obtenção e no desembolso das receitas do governo até sua preocupação atual com todos os aspectos da intervenção econômica do governo.

2 OBJETIVOS

A disciplina tem cinco objetivos principais, por prioridade:

1. Compreensão básica dos problemas e as principais discussões em Economia do Setor Público, principalmente sobre a oferta de bens públicos, a presença e a solução para as externalidades e os principais aspectos acerca da tributação e seus efeitos sobre o bem-estar da sociedade;
2. Aprimoramento da capacidade de analisar fenômenos com caráter político de forma lógica, desapaixonada, científica;
3. Uso de evidências empíricas como argumentação;
4. Apresentar, como pano de fundo da discussão, o que é economia política de verdade (aquela empregada no mundo inteiro);
5. Promover uma reflexão crítica e aberta sobre uma ampla gama de temas da realidade política contemporânea.

*E-mail: victor5491@gmail.com

A disciplina não tem como objetivo fornecer um estudo avançado em Economia do Setor Público (mas terá cálculo). É esperado que alunos que tiveram desempenho satisfatório em Cálculo, Microeconomia e em Macroeconomia (pré-requisitos) consigam acompanhar a discussão. As evidências empíricas são todas obtidas por meio de econometria e equilíbrio geral, sendo seu conhecimento recomendado.

3 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o estudante que participe das aulas ativamente consiga amadurecer sua visão a respeito de contextos sobre as decisões políticas e dos *policy makers*, as oportunidades, problemas e desafios envolvidos em geral.

4 MÉTODO DIDÁTICO

As aulas serão expositivas com debates e demonstrações de todos os resultados matemáticos. É esperado que o aluno interessado em participar desta disciplina tenha em sala de aula uma postura ativa ou pelo menos curiosa para que o conteúdo do curso seja enriquecedor para suas ideias e visão de mundo. Os alunos da disciplina terão um ambiente de amplo respeito à liberdade de expressão para se colocarem e são convidados a participarem do curso com uma mente aberta para ouvir e dialogar respeitosamente com as mais variadas opiniões e posições. Para cada conteúdo, quando adequado, serão resolvidos listas de exercícios como método de fixação do conteúdo.

5 PROGRAMA DAS AULAS

Aula 1

Introdução

Objetivos de aprendizado: (1) Apresentação do curso; (2) Noções de Economia do Setor Público; (3) Algumas contribuições da área (*window tax*); (4) Importância do mercado (arbitragem); (5) Falhas dos teoremas do bem-estar; (6) As imperfeições na estrutura informacional; (7) Papel do estado.

Aula 2

Tributação Ótima

Objetivos de aprendizado: (1) Incidência tributária e formação de preços; (2) Tributação em diferentes estruturas de concorrência; (3) Custo de eficiência da tributação; (4) Perspectiva da eficiência: regra de Ramsey; (5) Perspectiva da redistribuição: Diamond e Mirrlees; (6) Uniformidade vs seletividade; (7) Sacrifício equitativo.

Aula 3

Tributação da Renda

Objetivos de aprendizado: (1) Taxação e oferta de trabalho; (2) Tributação ótima; (3) Tributação e votação.

Aula 4

Bens Públicos

Objetivos de aprendizado: (1) Distinção entre bens privados e bens públicos; (2) Provisão de um bem público, a regra de Samuelson e o comportamento não cooperativo; (3) Descentralização na oferta de um bem público; (4) Planejador onisciente, pseudo-demanda e a normatividade do equilíbrio de Lindahl; (5) Dificuldades do Estado em obter as informações necessárias para tomar decisões; (6) Problema do *free-rider*; (7) Votação como revelação indireta de preferências; (8) Mecanismos de revelação de preferências; (9) Possibilidade de exclusão: bens de clube.

Aula 5

Externalidades

Objetivos de aprendizado: (1) Definição e tipos; (2) Consumidor e interações: externalidades de consumo; (3) Externalidades de produção: funções resposta. (4) Recursos de uso comum e os direitos de propriedade. (5) Como resolver as externalidades? (6) Regras, mensagens e incentivos: desenho de mecanismo.

Aula 6

Dívida Pública

Objetivos de aprendizado: (1) Definição e conceitos; (2) Evolução e determinantes; (3) Sustentabilidade da dívida pública (testes).

Aula 7

Federalismo Fiscal

Objetivos de aprendizado: (1) Definição e conceitos; (2) Teorias de competição fiscal; (3) Uniformidade; (4) Hipótese de Tiebout; (5) Eficiência versus estabilidade; (6) Federalismo brasileiro.

6 AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será feita por meio de duas provas individuais e sem consulta (mesmo peso). Também haverá a entrega de listas de exercícios. O conjunto de listas 1 deve ser entregue até uma semana antes da data da prova 1 e o conjunto de listas 2 deve ser entregue até uma semana antes da data da prova 2. Não serão aceitas entregas das listas posteriores aos prazos firmados acima. A média final será computada como segue:

$$\text{Nota final} = 0,35 \times \text{NPI} + 0,35 \times \text{NP2} + 0,30 \times \text{ML}$$

em que NPI é a nota da prova 1, NP2 é a nota da prova 2 e ML é a nota média das duas listas.

Algumas questões das listas poderão constar nas provas.

As provas terão como base as notas de aulas (slides) e os artigos indicados como leituras obrigatórias.

Data da prova 1: 13/09/2023

Data da prova 2: 01/12/2023

O exame final será aplicado para aqueles com nota final entre 4,0 e 6,9.

Data do exame final: 08/12/2023

7 LEITURAS OBRIGATÓRIAS

- DeSouza, S. A., Petterini, F. C., & Miro, V. H. (2010). A Tributação nas Vendas de Automóveis no Brasil: Quem Paga a Maior Parte da Conta? *Economia*, 11(3), 559-596.
- Ferraz, C., Fiuza, E. P., & da Motta, R. S. (2001). Medindo os efeitos da regulação ambiental em mercados de oligopólio: o caso da poluição automotiva. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 31(3): 333-356.
- Fialho, T. M. M. (2022). Ciclos políticos: uma resenha. *Brazilian Journal of Political Economy*, 19, 381-400.
- Florissi, S., & Ribeiro, E. P. (2002). Tributação com sacrifício equitativo: o caso do imposto de renda pessoa física. *Análise econômica*, 20 (37): 175-183.
- Leal, R. A., Ely, R. A., Uhr, J. G. Z., & Uhr, D. D. A. P. (2015). Ciclos econômicos e emissão de CO₂ no Brasil: uma análise dinâmica para políticas ambientais ótimas. *Revista Brasileira de Economia*, 69, 53-73.
- Nazareth, M. S., Gurgel, A. C., & Vieira, W. D. C. (2019). Federalismo fiscal market-preserving: uma análise de equilíbrio geral computável para o Brasil. *Estudos Econômicos*, 49, 265-304.
- Oliveira, F. A. D., Nobrega, W. C. L., & Maia, S. F. (2022). Reação fiscal, rigidez orçamentária e a sustentabilidade da dívida pública no Brasil: uma abordagem por meio de MS-VECM. *Estudos Econômicos*, 52, 113-153.
- Paes, N. L., & Bugarin, N. S. (2006). Parâmetros tributários da economia brasileira. *Estudos Econômicos*, 36, 699-720.
- Pintos-Payeras, J. A., & Hoffmann, R. (2009). O Sacrifício Equitativo na Tributação Brasileira. *Economia*, 10(4), 765-788.
- Prado, P. H. M., & da Silva, C. G. (2018). Lei de Wagner, Ilusão Fiscal e Causalidade entre Receitas e Despesas: Uma Análise das Finanças Públicas Brasileiras. *Economia Aplicada*, 22(2), 308-331.
- Sakurai, S. N., & Gremaud, A. P. (2007). Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001). *Economia Aplicada*, 11, 27-54.
- Sampaio de Souza, M. C. (1996). Tributação indireta no Brasil: Eficiência versus equidade. *Revista Brasileira de Economia*, 50(1), 3-20.
- Siqueira, R. B. D., Nogueira, J. R. B., Souza, E. S. D., & Carvalho, D. B. (2012). O custo marginal social da tributação indireta no Brasil: identificando direções de reforma. *Economia Aplicada*, 16, 365-380.

Referências

- Almeida, V., Divino, J. A., Gadelha, S. R. d. B., and Maranhão, A. (2017). Alíquotas tributárias efetivas médias para a economia brasileira: uma abordagem macroeconômica. *Revista Brasileira de Economia*, 71:153-175.
- Araujo, F. P. (2019). Imposto sobre grandes fortunas no brasil: arrecadação e concentração de riqueza. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Econômicas.

- Arvate, P. and Biderman, C. (2013). *Economia do setor público no Brasil*. Elsevier Brasil.
- Asano, S., Barbosa, A. L. N., and Fiuza, E. P. (2004). Optimal commodity taxes for Brazil based on aid preferences. *Revista Brasileira de Economia*, 58(1):5–21.
- Asano, S. and Fukushima, T. (2006). Some empirical evidence on demand system and optimal commodity taxation. *The Japanese Economic Review*, 57:50–68.
- Atkinson, A. B. (1970). On the measurement of inequality. *Journal of Economic Theory*, 2(3):244–263.
- Atkinson, A. B. (2008). More on the measurement of inequality. *Journal of Economic Inequality*, 6(3).
- Atkinson, A. B. and Stiglitz, J. E. (1976). The design of tax structure: direct versus indirect taxation. *Journal of Public Economics*, 6(1-2):55–75.
- Barbosa, A. L. N. d. H. and Siqueira, R. B. d. (2001). Imposto ótimo sobre o consumo: resenha da teoria e uma aplicação ao caso brasileiro.
- Carvalho, J. A. M. d. (2010). *O federalismo fiscal brasileiro e o desvio de recursos*. PhD thesis, Universidade de São Paulo.
- Chetty, R., Looney, A., and Kroft, K. (2009). Salience and taxation: Theory and evidence. *American Economic Review*, 99(4):1145–1177.
- de Sousa, M. d. C. S. (1993). Reforma tarifária no Brasil: uma abordagem de second best. *Revista Brasileira de Economia*, 47(1):3–32.
- Diamond, P. A. and Mirrlees, J. A. (1971a). Optimal taxation and public production i: Production efficiency. *The American Economic Review*, 61(1):8–27.
- Diamond, P. A. and Mirrlees, J. A. (1971b). Optimal taxation and public production ii: Tax rules. *The American Economic Review*, 61(3):261–278.
- Domingues, E. P. and Haddad, E. A. (2003). Política tributária e re-localização. *Revista Brasileira de Economia*, 57:849–871.
- Ferreira, I. F. and Bugarin, M. S. (2007). Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 61:271–300.
- Florissi, S. and Ribeiro, E. P. (2002). Tributação com sacrifício equitativo: o caso do imposto de renda pessoa física. *Análise Econômica*, 20(37).
- Freitas, L. C. (2021). Notas sobre a competição fiscal no setor de comunicações e informação. *Revista Brasileira de Economia*, 75(2):1–20.
- Giacomoni, J. (2002). *Orçamento público. 14ª edição*. São Paulo: Editora Atlas.
- Giambiagi, F., Alem, A., and Pinto, S. G. B. (2017). *Finanças públicas*. Elsevier Brasil.
- Gobetti, S. W. (2011). Federalismo fiscal e petróleo no Brasil e no mundo.
- Harris, R. G. and Mackinnon, J. G. (1979). Computing optimal tax equilibria. *Journal of Public Economics*, 11(2):197–212.
- Hoffmann, R., Silveira, F. G., and Payeras, J. A. P. (2006). Progressividade e sacrifício equitativo na tributação: o caso do Brasil.

- Junior, L. d. S. M., de Oliveira, C. A., and Lagemann, E. (2012). Federalismo fiscal brasileiro: problemas, dilemas e as competências tributárias. *Revista da AMDE*, 9(1):12–59.
- Kline, M. (2013). *Mathematics for the Nonmathematician*. Doves Publication.
- Kume, H., Piani, G., and Miranda, P. (2011). Tarifas de importação e evasão fiscal no brasil. *Economia Aplicada*, 15:65–82.
- Lagemann, E. (2001). Tributação eqüitativa. *Ensaio FEE*, 22(1):288–306.
- Lagemann, E. (2002). Tributação ecológica. *Ensaio FEE*, 23(1):301–324.
- Lagemann, E. (2004). Tributação ótima. *Ensaio Fee*, 25(2):403–426.
- Levy, H., Nogueira, J. R., Siqueira, R. B. d., Immervoll, H., and O'Donoghue, C. (2010). Simulating the impact of inflation on the progressivity of personal income tax in brazil. *Revista Brasileira de Economia*, 64(4):405–422.
- Marinho, E. and Araujo, J. (2010). Pobreza e o sistema de seguridade social rural no brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 64(2):161–174.
- Melo, R. A. d. (2006). Gerenciamento e insustentabilidade da dívida pública no brasil. PUC-Rio.
- Mueller, C. C. (1972). A teoria dos bens públicos e a economia do bem-estar. *Estudos Econômicos*, 2(4):95–112.
- Nakaguma, M. Y. and Bender, S. (2006). A emenda da reeleição e a lei de responsabilidade fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002). *Economia Aplicada*, 10(3):377–397.
- Nogueira, J. R. B. and de Siqueira, R. B. (1998). O problema da informação e o estudo da economia do setor público. *Nova Economia*, 8(2):9–34.
- Paes, N. L. and Siqueira, M. L. (2008). Desenvolvimento regional e federalismo fiscal no brasil: em busca da igualdade na distribuição de receitas. *Economia Aplicada*, 12:707–742.
- Payeras, J. A. P. and Hoffmann, R. (2009). O sacrificio equitativo na tributação brasileira. *Revista Economia*, 10(4):765–788.
- Pereira, R. A. and Ferreira, P. C. (2008). Efeitos de crescimento e bem-estar da lei de parceria público-privada no brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 62:207–219.
- Ramsey, F. P. (1927). A contribution to the theory of taxation. *The Economic Journal*, 37(145):47–61.
- Santana, P. J., Cavalcanti, T. V. d. V., and Paes, N. L. (2012). Impactos de longo prazo de reformas fiscais sobre a economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, 66:247–269.
- Silveira, F. G., Ferreira, J. d. R., Acioly, L., Calixtre, A. B., Stivali, M., and Santos, M. P. G. d. (2011). Equidade fiscal no brasil: impactos distributivos da tributação e do gasto social.
- Siqueira, M. L. and Ramos, F. S. (2005). A economia da sonegação: teorias e evidências empíricas. *Revista de Economia Contemporânea*, 9:555–581.
- Siqueira, M. L. and Ramos, F. S. (2006). Evasão fiscal do imposto sobre a renda: uma análise do comportamento do contribuinte ante o sistema impositivo brasileiro. *Economia Aplicada*, 10(3):399–424.

- Siqueira, R. B. d., Nogueira, J. R. B., Souza, E. S. d., and Carvalho, D. B. (2012). O custo marginal social da tributação indireta no brasil: identificando direções de reforma. *Economia Aplicada*, 16:365–380.
- Vargas, N. C. (2011). A descentralização e as teorias do federalismo fiscal. *Ensaio FEE*, 32(1):51–76.
- Vasconcelos, R. D. d., Ferreira Júnior, S., and Nogueira Junior, R. P. (2013). A dinâmica da execução orçamentária federal do brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010. *Economia Aplicada*, 17:325–354.